

ÁREAS TEMÁTICAS NAPP



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



FICHA TÉCNICA

Universidade Federal da Bahia
Reitor

Paulo César Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho

Escola de Administração

Diretor

João Martins Tude

Vice-diretor

André Luis Nascimento dos Santos

Núcleo de Pós-graduação da Escola de Administração da UFBA

Coordenador

Genauto Carvalho França Filho

Programa de Pós-graduação em Administração – PPGA Acadêmico

Coordenadora

Andréa Cardoso Ventura

Programa de Pós-graduação em Administração – PPGA Profissional

Coordenadora

Elisabeth Matos Ribeiro

Núcleo de Apoio a Pesquisa e Publicação – NAPP

Coordenador

Horacio Nelson Hastenreiter Filho

Coordenadora de Conteúdos

Justina Tellechea

Design Instrucional

Tairine Nunes

Autores

Jamili Palmeira

Jefferson Reis

Ano de Publicação (2023)

Edição (2023)



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Professores: Elizabeth Matos, Renata Rossi, Luíza Teixeira, Edgilson e Antônio Sérgio

Aluna(o)s: Jamili Palmeira e Jefferson Reis

Subareas Temáticas:



O Núcleo de Apoio à Pesquisa e Publicações - NAPP oferece suporte para o fortalecimento das atividades de pesquisa e publicação em busca da excelência na produção intelectual dos professores, pesquisadores, egressos e alunos vinculados ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA.

Por meio das divisões acadêmicas e temas de interesse propostos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD, este material busca explorar as áreas e subáreas temáticas da gestão, apresentando aos leitores as principais abordagens, as referências bibliográficas clássicas e contemporâneas, as possibilidades de estudos, as revistas e periódicos e um glossário com verbetes da área de estudo.



Estado e Governo

✈ Principais Abordagens:

- ACCOUNTABILITY E CONTROLE SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Nesta abordagem discute-se a responsabilidade do agente público no exercício do poder que lhe é concedido pela sociedade, seja através de processos de accountability e/ou por meio de controle social. Por accountability entende-se o processo de prestação de contas através da fiscalização e controle da administração pública, tanto de burocratas como de governantes, por meio de mecanismos formais e institucionalizados. Abordase os diferentes modelos e tipologias de accountability (vertical e horizontal, intra-estatais e eleitorais) (O'DONNELL 1998, 1999 e 2003) e estuda-se a intersecção entre accountability e desempenho de políticas e programas governamentais. Por controle social entende-se a atuação do cidadão no processo de controle e fiscalização das ações públicas. Nesta temática, os estudos sobre controle social também fazem intersecção com outras discussões importantes como fortalecimento da democracia e críticas ao modelo representativo (AKUTSU; PINHO, 2002).
- ARRANJOS INSTITUCIONAIS E CAPACIDADES ESTATAIS: Nesta abordagem discute-se as formas de coordenação de políticas em que se envolvem diferentes atores, público e privado, e diferentes etapas do ciclo de políticas públicas, denominados arranjos institucionais. Esses arranjos definem “quem está habilitado a participar de um determinado processo, o objeto e os objetivos, e as formas de relação entre os atores” (Pires e Gomide, 2014, p. 8). Esses arranjos institucionais tem como objetivo promover “coordenação horizontal (entre os setores de políticas), vertical (entre entes federativos). ou com outras organizações ou sociedade para alcançar a efetividade das políticas públicas” (LOTTA; VAZ, 2015). Quanto ao conceito de capacidades estatais, este se refere às capacidades que os Estados – que já superaram seus estágios iniciais de construção – possuem (ou não) para atingir, de forma efetiva, os objetivos que pretendem por meio de suas políticas públicas, como a provisão de bens e serviços públicos (PIRES;GOMIDE, 2016). Nesse sentido, os estudos que enfatizam essa abordagem também discutem problemas relacionados à descentralização e ao modelo federalista brasileiro.
- CULTURA ORGANIZACIONAL E CULTURA POLÍTICA: Nesta abordagem discute-se os conceitos e características das organizações públicas no Brasil. Entre essas características Pires e Macêdo (2006) citam: a burocracia, o autoritarismo centralizado, o paternalismo, a descontinuidade e a ingerência política. Nesse sentido, os estudos também discutem a influência da cultura organizacional e política das instituições públicas no modus Operandi dos trabalhadores e seus resultados (SARAIVA, 2002).
- DEMOCRACIA: Nesta abordagem discute-se a democracia enquanto uma forma de governo sob a qual o poder político é exercido, caracterizando-a enquanto elemento dentro de um sistema conceitual, em suas diversas tipologias, distinções, interpretações e realizações históricas (BOBBIO, 2014).



Essa abordagem também trata a relação dialética entre democracia e poder político, partidos políticos, organizações burocráticas e corporações de poder corporativo (HELD, 1991). Enquanto uma forma de governo, essa abordagem também estuda os conflitos entre autonomia e controle, inerentes às formas democráticas de governo em que as diversas representações da sociedade influenciam o processo decisório.

- **ESTADO E REGULAÇÃO:** Nesta abordagem estuda-se as formas de atuação administrativa do estado enquanto agente regulador. Segundo Trindade (2019) o objetivo da regulação é a “correção e ajustes de mercado” (p.3). Nesse sentido, os estudos abordam o uso dos instrumentos regulatórios e seu objetivo-fim, pressupondo que tais instrumentos devem ser utilizados para corrigir as falhas de mercado em favor do interesse coletivo. Nesta abordagem também estão os estudos que exploram as dinâmicas de mercado, as particularidades setoriais e as relações dos stakeholders no ambiente regulado. Além disso também se estuda as diferentes escolas da teoria da regulação.
- **FORMAS DE ESTADO:** Nesta abordagem discute-se as formas de estado a partir da relação entre organização política e sociedade e as finalidades que o poder político organizado persegue. O desenvolvimento dessas formas de estado, segundo Bobbio (2014), podem ser compreendidas a partir de dois critérios principais: a perspectiva histórica e aquela relativa a sua maior ou menor expansão em detrimento da sociedade. Neste segundo, prevalecem os debates sobre o estado máximo e o estado mínimo, tanto em perspectiva religiosa quanto econômica, tendo no welfare-state um exemplo de representação do estado intervencionista e no neoliberalismo a mais larga expressão da liberdade e rejeição a limitação dos mecanismos de mercado por parte do estado. Nesta perspectiva também se discute os processos de reforma, pela qual passaram as formas de estado.
- **GOVERNANÇA DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS:** Nesta abordagem estuda-se a governança a partir das decisões políticas e administrativas que influenciam o desempenho da administração pública. Os estudos focam os diferentes níveis de operacionalização da governança (macro, meso e micro), a ação das partes interessadas e as estratégias utilizadas para reunir as diferentes expectativas. A atuação dos gestores na promoção da governança e a sua relação com os mecanismos de accountability e transparência também são explorados pelos estudos que seguem essa abordagem (OLIVEIRA; JUNIOR, 2020).
- **NOVOS DESAFIOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** Nesta abordagem discute-se os desafios, limitações e potencialidades para a administração pública brasileira. A exemplo, Bueno, Brélaz e Salinas (2016) ressaltam a importância de se discutir na administração pública brasileira, questões voltadas para o debate sobre Governo Aberto, combate a corrupção, redesenho institucional de parceria entre estados e organizações privadas, e o compartilhamento de serviços administrativos e de apoio como forma de reduzir custos. Para Gaetani (2014) a administração pública brasileira ainda enfrenta problemas quanto a implementação imperfeita do modelo burocrático de Weber e as influências dos novos elementos da administração pública. O mesmo autor ainda afirma que o principal desafio da administração pública



brasileira é criar uma identidade única de estado e mecanismos capazes de articular interesses público e privado.

- **REFORMAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA:** Nesta abordagem discute-se as transformações que ocorreram nas estruturas administrativas e institucionais que organizam a administração pública brasileira, com o objetivo de superar as dificuldades organizacionais e gerenciais no setor público (CAVALCANTE, 2020). Segundo Secchi (2009), esses modelos organizacionais e relacionais que inspiraram reformas na administração pública brasileira são: a burocracia, a administração pública gerencial, o governo empreendedor e a governança pública. Os estudos nessa abordagem também tendem a tratar os objetivos que os governos têm perseguido durante as reformas. Segundo Gomes e Lisboa (2020) as reformas administrativas no Brasil possuem três objetivos: tornar a máquina burocrática mais racional, aumentar a participação popular e modernizar o governo com o uso da tecnologia da informação.

 **Referências bibliográficas seminais/clássicas:**

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** Unesp, 2004.

BOBBIO, N. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política.** 14 ed. Paz e Terra, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/bobbio-n-estado-governo-sociedade-para-uma-teoria-geral-da-polc3adtica.pdf>

BRESSER-PEREIRA, L.C. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Cadernos MARE da Reforma do Estado.** Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

DAHL, Robert A. **Poliarquia – participação e oposição.** Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia.** Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DENHARDT, R. **Public Administration Theory: The State of the discipline.** Compilado por Naomi Lynn e Aaron Wildavsky. Chatham: Chatham House Publishers Inc., 1990.

EVANS, P. (1998). Análise do estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de Economia Contemporânea**, 4 (julho-dezembro), 51-85.

HOOD, C. The “New Public Management” in the 1980s: Variations on a Theme. **Accounting, Organizations and Society**, v.20, n.3, p. 93-109, 1995.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova** (online), n. 44, p. 27-54, 1998. ISSN 0102-6445.



O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática e política comparada. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, 1999.

PRZEWORSKI, A. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (org). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 5ª ed., FGV, 2003.

POULANTZAS, Nicos. The capitalist state: A reply to Miliband and Laclau. **New Left Review**, v. 95, n. 1, p. 63-83, 1976.

POULANTZAS, N. (2000). **O Estado, o poder, o socialismo** (4a ed.). São Paulo: Paz e Terra. (Obra original publicada em 1978).

WILLIAMSON, J. (1993). Democracy and the "Washington Consensus". **World Development**, 21 (8), 1329-1336.

 **Referências bibliográficas atuais/contemporâneas:**

ABRUCIO, Fernando Luiz; DURAND, Maria Rita Garcia Loureiro. Finanças públicas, democracia e accountability: o debate teórico e o caso brasileiro. In: **Plataforma democrática**. Disponível em: . Acesso em: 10 jun. 2013

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n. 5, p. 723-746, 2002.

ALMEIDA, D.R. Civil society representation and digital accountability in Brazilian institutions. **Journal of Chinese Governance**, v. 6, n. 1, p. 81-109, 2021. Disponível em: [https://apps-
webofknowledge.ez10.periodicos.capes.gov.br/full_record.do?product=WOS&
search_mode=GeneralSearch&qid=8&SID=6EJ6ijEhClaX6UnOzsu&page=1&
doc=3](https://apps-
webofknowledge.ez10.periodicos.capes.gov.br/full_record.do?product=WOS&
search_mode=GeneralSearch&qid=8&SID=6EJ6ijEhClaX6UnOzsu&page=1&
doc=3)

BATISTA, M.; ROCHA, V.; SANTOS, J.L.A. Transparência, corrupção e má-gestão. Uma análise dos municípios brasileiros. **Revista Administração Pública**, v. 54, n.5, set-oct, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-
76122020000501382&script=sci_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-
76122020000501382&script=sci_arttext)

BUENO, R.L.P; BRÉLAZ, G.; SALINAS, N.S.C. Administração Pública Brasileira no século 21: seis grandes desafios. **Revista Serviço Público**, v. 67, especial, p. 7-28, 2016. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/22828_arquivo.pdf

CAVALCANTE, P.L.C. Trends in Public Administration in the post-NPM Era: Innovations in the Brazilian federal government. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n.6, nov-dez, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-
65552018000600885&script=sci_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-
65552018000600885&script=sci_arttext)



GOMES, R.C; LISBOA, E.F. Public Management reform in Brazil (2002-2019). **Public Management Review**, v. 23, n. 2, p. 159-167, 2020. Disponível em: https://apps-webofknowledge.ez10.periodicos.capes.gov.br/full_record.do?product=WOS&search_mode=GeneralSearch&qid=2&SID=6EJ6ijEhClaX6UnOzsu&page=1&doc=3

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto. **Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas**. Ipea, 2014.

KOGA, N.A; FILGUEIRAS, F; BAIA, M.I.N. Policy capacity and governance conditions for implementing sustainable development goals in Brazil. **Revista do Serviço Público**, v. 28, n.1, p. 50-65, 2020. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4059/2779>

LOTTA, G.S; VAZ, J.C. **Arranjos institucionais de políticas públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil**, v.66, n. 2, 2015. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/409>

RIOS, S.O; CENTURIÓN, W.C; LANDIM, E.L.A.S. Democracia no Brasil: Limites e possibilidades sob a perspectiva da administração política (**ENANPAD**, 2017). Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=89&cod_edicao_subsecao=1453&cod_edicao_trabalho=22996

ROCHA, D.G; ZUCCOLOTTO, R; TEIXEIRA, M.A.C. Insulated and undemocratic: the impossibility of social accountability in Brazilian courts of accounts. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n.2, p. 201-219, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v54n2/en_1982-3134-rap-54-02-201.pdf

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Cultura Organizacional em Ambiente Burocrático. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 187-207, Jan./Abr. 2002.

SCHLEIFER, P. Private regulation and global economic change: The drivers of sustainable agriculture in Brazil. **Governance-an international journal of policy administration and institutions**, v. 30, n. 4, p. 687-703, Out, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1111/gove.12267>

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista Administração Pública [online]**. 2009, vol.43, n.2, pp.347-369. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004>.



ORTEGA, F; ORSINI, M. Governing COVID-19 without government in Brazil: Ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. **Global Public health**, v. 15, n. 9, p. 1257-1277, 2020. Disponível em: [https://www-tandfonline.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1080/17441692.2020.1795223?needAccess=true](https://www.tandfonline.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1080/17441692.2020.1795223?needAccess=true)

OSBORNE, S. P., Radnor, Z., & Nasi, G. (2013). A New Theory for Public Service Management? Toward a (Public) Service-Dominant Approach. **The American Review of Public Administration**, 43(2), 135–158. <http://doi.org/10.1177/0275074012466935>

PECI, Alketa. Controle Social no Contexto da Reforma Regulatória. In: **IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, 2004, Madri. Anais... Madri: CLAD, nov.2004. 19p. CD Rom

TRINDADE, A.D.C. A teoria da regulação econômica aplicada ao setor mineral brasileiro. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, v.5, n. 2, p. 53-78, Outubro, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/27103/23533>

X ENCONTRO NACIONAL DE ESCOLAS DE GOVERNO, 2014, BRASÍLIA. **Relatoria da palestra de Francisco Gaetani. Os desafios da Administração Pública no Brasil e a capacitação dos servidores públicos**. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1449/8/Os%20desafios%20da%20a%20capacita%C3%A7%C3%A3o%20dos%20servidores%20p%C3%ABlicos.pdf>

Possibilidades de Estudos:

- Como diferentes tipos de temas ligados às políticas públicas podem influenciar as possibilidades de interação do público e consequentemente a accountability digital?
- Como as novas tendências em gestão pública são implementadas no Brasil e qual o seu nível de relevância para a inovação no setor público?
- Como são avaliadas as normas regulatórias no Brasil?



Administração Pública e Sociedade

Principais Abordagens:

- **CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:** Por controle e participação social entende-se o envolvimento da sociedade civil nas iniciativas do governo. Nesse sentido, os estudos a partir dessa abordagem, pesquisam as diferentes formas em que esse controle e participação acontecem, ou seja, considerando a



relação administração pública e sociedade como uma relação dialética, quais instrumentos são utilizados para fomentar a participação popular, como os atores reagem a esses estímulos e quais os impactos dessa relação para a consolidação dos sistemas democráticos (PINHO; SACRAMENTO, 2016).

- TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ACESSO À INFORMAÇÃO: Segundo Siqueira e Bernejo (2017) o debate sobre transparência pública se divide em duas correntes: a política e a administrativa. Na primeira, discute-se como e quando a transparência pública contribui para o melhor desempenho dos sistemas de governo democráticos, na segunda, como e quando a transparência pública contribui para uma melhor performance executiva. Ainda segundo os autores, em uma revisão integrativa sobre o tema, os estudos sobre transparência pública ganhou popularidade a partir de um viés normativo, principalmente relacionado a debates como: “abusos do governo, ao fortalecimento da democracia e ao surgimento de novas tecnologias, tornando-se um conceito unânime.”

✦ Referências bibliográficas seminais/clássicas e contemporâneas

AKUTSU, L; PINHO, J.A. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 36, n.5, p. 723-745, 2002.

Berliner, D. (2014). The political origins of transparency. **The Journal of Politics**, 76(2), 479-491.

FILGUEIRAS, F. Transparência e prestação de contas: princípios e regras para a construção da publicidade. **Revista de assuntos públicos**, v. 16, p. 192-202, 2016. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000375857900009>

GREGORY, M. Avaliação do impacto das políticas de transparência. **Public Administration Review**, v. 79, p.136-139. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000454413700013>

Heald, D. (2006). Varieties of transparency. In C. Hood, & D. Heald (Org.), *Transparency: the key to better governance?*(pp. 25-43). Oxford, UK: Oxford University Press.

LEÃO, L.M.V; LUNKES, R.J; CASTELLO, E.T.T. Trinta anos de estudo sobre transparência, responsabilidade e corrupção no setor público: o estado da arte e oportunidades de pesquisas futuras. *Integridade Pública*, v. 20, p. 513-533, 2018. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000442294900007>



Loureiro, M. R., Teixeira, M. A. C., & Prado, O. (2008). Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. **Organizações & Sociedade**, 15(47), 107-119.

MARINO, Pedro de Barros Leal Pinheiro et al. Transparência pública no contexto brasileiro: uma revisão integrativa. In: **Sistemas de Informação: 14ª Conferência Europeia, Mediterrânica e do Médio Oriente, EMCIS 2017, Coimbra, Portugal, 7-8 de setembro de 2017, Actas 14**. Springer International Publishing, 2017. p. 261-274.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Revisão da transparência passiva nas câmaras municipais brasileiras. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 51, p. 288-298, 2016.

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio et al. A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 3, p. 147-158, 2016. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/wosccc/full-record/WOS:000385816000003>

Possibilidades de Estudos:

- Qual o nível de aderência por parte dos órgãos investigados às práticas e princípios da governança pública?
- Qual o nível de efetividade de implementação das práticas da governança pública?

Observações Complementares:

Os sites dos tribunais de contas estaduais e municipais podem ser uma fonte de dados rica para se estudar transparência pública.



Federalismo

Principais Abordagens:

- **FEDERALISMO E DESCENTRALIZAÇÃO:** Por federalismo entende-se um sistema de governo em que o poder é dividido entre o governo central e os governos regionais. Nesta abordagem discute-se a atuação dos entes federativos na promoção e gestão de políticas públicas, seja por iniciativa própria ou por adesão, assim como as estratégias de incentivo à adesão das políticas nacionais, por parte desses entes. Os estudos também abordam as limitações do federalismo brasileiro, uma vez que estados e municípios possuem diferentes estruturas administrativa, política e fiscal que os colocam em posições distintas quanto à promoção e implementação de políticas públicas e ações governamentais (ARRETCHE, 2001).



- FEDERALISMO E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS: Segundo Cunha (2004, p. 6), “as relações intergovernamentais são características comuns que se manifestam cotidianamente nas federações”. Nesse sentido, os estudos que seguem essa abordagem, estudam as negociações e interlocuções federativas, tanto os conflitos quanto as formas de coordenação e cooperação.
- FEDERALISMO E POLÍTICA FISCAL: Nesta abordagem estão os estudos sobre capacidade fiscal dos entes subnacionais, com foco na heterogeneidade dos estados e municípios brasileiros, desequilíbrios fiscais horizontais e o caráter distributivo das transferências de recursos da união. Alguns estudos também direcionam essas discussões para a tendência dos entes subnacionais assumirem cada vez mais responsabilidades quanto à implementação de políticas públicas (PORTO; ROSALES, 2019).
- TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO FEDERALISMO BRASILEIRO: Nesta abordagem se concentram os estudos sobre os regimes políticos e sua relação com o desenvolvimento do federalismo brasileiro, e comparações com modelos e experiências internacionais (BIELA; KAISER; HENN, 2013).

✦ Referências bibliográficas seminais/clássicas

DAHL, Robert A. (1986), "Federalism and the Democratic Process", *in Democracy, Identity and Equality* Oslo, Norwegian University Press, pp. 114-126.

LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. Federalista: remédios republicanos para males republicanos. **Classicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rosseau, o Federalista**, 1995.

REZENDE, F. 1976. Finanças públicas e transferências intergovernamentais. *In: _____*. (org.). **Política fiscal e programação dos gastos do governo**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada

SOUZA, C. 2001b. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 513-560

STEPAN, A. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos. **Dados**, v. 42, n. 2, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kzrq459v6W6YsfFBVZj8NBL/?lang=pt#>

✦ Referências bibliográficas atuais/contemporâneas:

ABRUCIO, F.L; GRIN, E.J; FRANZESE, C.; SEGATTO, C.I; COUTO, C.G. Combating COVID-19 under Bolsonaro 's federalism: a case of intergovernmental incoordination. **Revista Administração Pública**, v. 54, n. 4, jul-ago, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bpdbc9zSGCKZK55L3ChjVqJ/?lang=en>



ABRUCIO, F.L. Os Barões da Federação. **Lua Nova**, n.33, 1994. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/KW8TCLTZW86HPNLZVGdrzD/?lang=pt&format=pdf>

COUTO, C.G; ABSHER-BELLON, G.L. Imitation or Coercion: state constitutions and federative centralization in Brazil. **Revista de Administração Pública**, v.52, n. 2, p. 321-344, 2018. Disponível em: scielo.br/pdf/rap/v52n2/en_1982-3134-rap-52-02-321.pdf

EMPINOTTI, V.L; GONTIJO, W.C.JR; OLIVEIRA, V.E. Federalism, Water, and (des) centralization in Brazil: the case of the so Francisco river water diversion. **Regional Environmental Change**, v. 18, n.6, p. 1655-1666, 2018. Disponível em:

<https://link.springer.com.ez10.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s10113-018-1371-1>

GIBSON, E. 2004. Federalism and Democracy: Theoretical Connections and Cautionary Insights. *In*: _____. (ed.). **Federalism and Democracy in Latin America** Baltimore: Johns Hopkins University.

GRIN, E.J. O verso e o reverso da cooperação federativa e da difusão vertical de políticas para promover capacidade estatal nos municípios brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, v.13, n.2, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/9686>

SOUZA, C. Brazil: The prospects of a Center-Constraining Federation in a Fragmented Polity. **Publius**, v. 32, n.2, p.23-48, 2002. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/3330944?seq=1>

SOUZA, C. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista Sociologia Política**, v. 24, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/w75TqBF3yvjv4JHqyV65vcjb/?lang=pt>

RICH, J.A.J; GÓMEZ, E.J. Centralizing Decentralized Governance in Brazil. **Publius: The journal of Federalism**, v.42, n. 4, p. 636-661, 2012. Disponível em:

<https://academic.oup.com/publius/article-abstract/42/4/636/1863920>

SEGATTO, C.I; BELAND, D. Federalism and decision making in health care: the influence of subnational governments in Brazil. **Policy Studies**, v.42, n.3, p.308-326, 2021. Disponível em:

<https://www.tandfonline.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/01442872.2019.1634187>

SEGATTO, Catarina. Policy diffusion in subnational governments: State–local relationships in the Brazilian education policy. **Regional & Federal Studies**, v. 28, n. 1, p. 79-100, 2018. Disponível em:

<https://www->

tandfonline.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/13597566.2017.1409732

SERRA, J.; AFONSO, J.R.R. Fiscal federalism in Brazil: an overview. **Cepal Review**, 91, 2007.

PACHECO, M.J.J; ABRANTES, L.A; ZUCCOLOTTO, R.; LUQUINI, R.A.; VIEIRA, M.A. A autonomia financeira dos municípios diante dos novos contornos do federalismo fiscal decorrentes da alteração da constituição federal. (ENANPAD, 2016). Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=83&cod_edicao_subsecao=1302&cod_edicao_trabalho=20993

Possibilidades de Estudos:

- Qual a importância do federalismo cooperativo em tempos de crise?
- Qual a capacidade de desenvolvimento das capacidades estatais municipais no Brasil?



Políticas Públicas

Principais Abordagens:

- Ciclo de políticas públicas: Segundo Souza (2006) esse conceito vê a política pública como um ciclo deliberativo, ou seja, como um processo em estágios, que envolve: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Em geral, cada etapa desse ciclo é um objeto de estudo. Essa é uma agenda de pesquisa ampla, em que diferentes abordagens teóricas e modelos de análise podem ser aplicados. Entre eles: a abordagem racional-positivista, racionalidade limitada, incrementalismo e teoria do ótimo normativo, garbage-can, as três versões do neo-institucionalismo e as abordagens cognitivas e a ênfase nas ideias (FARAH, 2018).

Referências bibliográficas seminais/clássicas

Baumgartner, Frank.; Jones, Bryan D.; Mortensen; Peter B. Punctuated equilibrium theory: explaining stability and change. In: Sabatier, Paul; Weible, Christopher m. (Eds.). **The policy process**. 3. ed. Westview: Westvies Press, 1999. p. 59-104.

Cohen, M.; March, J.; Olsen, J. A garbage can model of organizational choice. **Administrative Science quarterly**, 17, n. 1, p.1-25, 1972.



HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. Tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino. Adaptação e revisão: Renato Dagnino. Campinas: DPCT-UNICAMP, 1993.

Fischer, Frank; Miller, Gerald J.; Sidney, Mara (Eds.). **Handbook of public. policy analysis: theory, politics, and methods**. Boca Raton: CRC Press, Taylor and Francis, 2007.

Hall, Peter A. Policy paradigms, social learning, and the State: the case of economic policymaking in Britain. **Comparative Politics**, v. 25, n. 3, p. 275-296, 1993

HAM, C.; HILL, M. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. Tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino. Adaptação e revisão: Renato Dagnino. Campinas: DPCT-UNICAMP, 1993.

HILL, H. C. Understanding implementation: street-level bureaucrats' resources for reform. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 13, n. 3, p. 265-282, 2003.

Kingdon, John W. Agenda setting. In: Theodoulou, Stella Z.; CAHN, Matthew A. **Public policy: the essential readings**. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1995. p. 105-112.

Laswell, Harold D. The emerging conception of the Policy Sciences. **Policy Sciences**, v. 1, p. 3-14, 1970.

Lindblom, Charles E. The science of muddling through. **Public Administration Review**, v. 19, n. 2, p. 79-88, 1959.

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation: How great expectations in Washington are dashed in Oakland; Or, why it's amazing that federal programs work at all, this being a saga of the Economic Development Administration as told by two sympathetic observers who seek to build morals on a foundation**. Univ of California Press, 1984.

Sabatier, Paul A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. **Policy Sciences**, v. 21, p. 129-168, 1988.

 **Referências bibliográficas atuais/contemporâneas:**

Arretche, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51. p. 7-9, 2003.

CAPANO, G; HOWLET, M. Lógicas causais e mecanismos no desenho de políticas: como e porque adotar uma perspectiva mecanicista pode melhorar o desenho de políticas. **Public policy and administration**, v.36, p.141-162,



2021. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1TVCdegOGiJ6T0jE-6A-r7weHJ9MXCIR-/edit>

DAVIDOVITZ, M; COHEN, N. Envolvimento de políticos na implementação de políticas nas ruas: implicação para a igualdade social. Public policy and administration, 2021. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000665256200001>

Farah, Marta F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21-29, 2003.

Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012b.

Lotta, Gabriela S.; Pavez, Thais R. Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 15, n. 56, p. 109-125, 2010.

MINTRON, M; LUETJENS, J. Criando valor público: estreitando as conexões entre o desenho de políticas e a gestão pública. **Policy Studies Journal**, v.45, p.170-190, 2017. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000394952100008>

Souza, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STRASSHEIM, H. Mecanismos comportamentais e desenho de políticas públicas: prevenindo falhas nas políticas públicas comportamentais. **Public Policy and administration**, v.36, p. 187-204, 2021. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000637067900003>

DA FONTOURA, Fernando Batista Bandeira; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Desenvolvimento Organizacional Multidimensional: uma perspectiva crítica para os estudos organizacionais. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 590-609, 2020.

Possibilidades de Estudos:

- Inovação tecnológica como insumo para as políticas públicas.
- Os impactos sociais e econômicos da pandemia na produção e condução de políticas públicas.



Gestão Pública

✦ Principais Abordagens:

- PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: Segundo Bachiller (2020, p.3) “A história do planejamento governamental no Brasil antecede a implantação das técnicas de gestão pública tendo sua origem nos planos de desenvolvimento econômico da década de 1940 e 1950”. Ainda segundo o autor, o planejamento em seu sentido estrito, somente passou a ser implantado como elemento da gestão pública a partir do plano plurianual (PPA) do governo federal para o período de 2000 a 2003. Nesse sentido, os estudos dentro dessa abordagem buscam compreender a dinâmica do planejamento dentro do ciclo de gestão pública, a aplicabilidade das ferramentas de gestão e o seu desenvolvimento dentro das organizações públicas, a incorporação dos modelos de gestão privada ao desenvolvimento do planejamento público e a factibilidade do planejamento para além das obrigatoriedades constitucionais.
- FINANÇAS PÚBLICAS: Musgrave (1959) afirma que os governos possuem a função de fornecer a estrutura legal necessária à regulamentação dos agentes econômicos. Sendo assim, essa abordagem compreende análises e diagnósticos do gasto público por grande área de política pública e por programas de governo. As estratégias de interferência na economia, as funções do orçamento público (estabilizadora, alocativa e distributiva), mecanismos de sustentabilidade do gasto público e análise da relação entre finanças públicas e desenvolvimento.
- GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO: A administração pública exerce a função de induzir o desenvolvimento, seja em nível regional ou nacional. Nesse sentido, os estudos buscam explorar de que forma e através de quais instrumentos a gestão emprega os diferentes mecanismos de desenvolvimento aliado aos diversos interesses presentes na sociedade (FILIPPIM, ROSSETTO, ROSSETTO, 2010).

✦ Referências bibliográficas seminais/clássicas e contemporâneas

BACHILLER, J.V; Planos Plurianuais estaduais (2016-2019). Uma proposta de avaliação de sua adequação ao planejamento estratégico. **Revista do Serviço Público**, v.71, n.4, p. 833-858. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3925/2880>

BAIAO, A.L; CUNHA, A.S.M; SOUZA, F.S.R.N. O papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v.68, p. 583-609. Disponível em: [https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000416566500005](https://www.webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000416566500005)

CAMARGO, A. B. A atualidade do federalismo: tendências internacionais e a experiência brasileira. *In*: VEGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. A. (Org). **Propostas**



para uma gestão pública municipal efetiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CARDOSO, J. C. **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil: diálogos para o desenvolvimento Brasília: Ipea, 2011.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogos_desenvol04.pdf

Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (Clad Modelo abierto de gestión para resultados en el sector público. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, v. 39, p.149-210, 2007.

COELHO, V. S. P; FAVARETO, A. Dilemas da participação e desenvolvimento territorial. *In*: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs.) **Democracia, sociedade civil e participação.** Chapecó: Argos, 2007.

CRUZ, C.F; AFONSO, L.E. Gestão Fecal e Pilares da Lei de responsabilidade fiscal no Brasil: evidências em grandes municípios. **Revista de Administração Pública**, v.52, p. 126-148. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000561878300007>

FILIPPIM, E.S; ROSSETTO, A.M; ROSSETTO, C.R. Abordagens da Administração Pública e sua relação com o desenvolvimento em um contexto regional: o caso do meio oeste catarinense. **Cadernos EBAPE**, v.8, n.4, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/RNSQ4K6ZLRfRJsZ3nxWZVvB/?lang=pt>

GOBETTI, Sérgio; GOUVÊA, Raphael; SCHETTINI, Bernardo. **Resultado fiscal estrutural: um passo para a institucionalização de políticas anticíclicas no Brasil.** Texto para Discussão do Ipea, n. 1.515, 2010.

GRIN, E.J; NASCIMENTO, A.B; ABRUCIO, F.L. Sobre desconexões e lacunas: uma análise da capacidade do estado e das finanças públicas nos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.23, p. 312-336. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000453857300002>

GRUBER, Jonathan. **Public finance and public policy.** Macmillan, 2005.

HYMAN, David. *Public finance: a contemporary application of the theory to policy.* 7th ed. Mason, Ohio: South Western, 2002.

LEITE, G.A; FIALHO, T.M.M. Relação entre indicadores de Gestão Pública e o desenvolvimento dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, p. 277-295, 2015. Disponível em: <https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000216113400006>



MACIEL, P.J. Finanças Públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 5, p. 1213-1241. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/gRsvHf8WRRfydJnwhCxwC5Q/?lang=pt>

MUSGRAVE, Richard. **The theory of public finance: a study in public economy**. Nova York, NY: McGraw-Hill, 1959.

OLIVEIRA, J.A.P; JING, Y.J; COLLINS, P. Administração Pública para o desenvolvimento. **Administração Pública e desenvolvimento**, v. 35, p.65-72. Disponível em:

<https://www-webofscience.ez10.periodicos.capes.gov.br/wos/woscc/full-record/WOS:000356975200001>

Pares, A; Valle, B. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In: Giacomoni, J; Pagnussat, J. L. Planejamento e orçamento governamental: volume 1 Brasília: Enap, 2006.

✦ **Possibilidades de Estudos:**

- Aplicação do gerenciamento remoto como ferramenta de controle gerencial.
- Desenvolvimento de sistemas de governo eletrônico.



Administração Política

✦ **Principais Abordagens:**

- MÉTODOS QUE MELHORAM OS RESULTADOS DOS NEGÓCIOS E DA VIDA PESSOAL: Segundo Santos, Ribeiro, Ribeiro e Pinto (2017) a administração política é “ o campo teórico e epistemológico responsável pela concepção e execução de um dado padrão de gestão das relações sociais de produção, realização e distribuição - incluindo desde os projetos individuais até o *projeto de nação* ou *projeto de sociedade* - os autores defendem que esse novo campo científico integra, de modo indissociado, as dimensões de reflexão e ação administrativas, responsáveis por definir e aplicar métodos e técnicas que contribuam para melhorar os resultados dos negócios e da vida social...”. (p. 951).

✦ **Referências bibliográficas seminais/clássicas**

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

GOODNOW, F. J. **Politics and administration: a study in government**. 3. ed. New Brunswick, NJ: Transaction, 2003.



SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A administração política brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 27, n. 4, p. 102-135, 1993.

 **Referências bibliográficas atuais/contemporâneas:**

FILIPPIN, M. **A natureza política da administração**. 153 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

RIBEIRO, J. U. **Administração e política**. *Organizações & Sociedade*, v. 13, n. 38, p. 162-194, 2006.

SANTOS, E. L. O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p. 209-228, 2017

SANTOS, R. S. **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Mandacaru, 2004.

SANTOS, R. S. et al. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 1011-1034, 2016.

SANTOS, R. S. et al. **O expediente: a dimensão esquecida da administração política**. *Organizações & Sociedade*, v. 16, n. 49, p. 373-387, 2009.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; CHAGAS, T. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 4, p. 919-941, 2009.

WILSON, W. O estudo da administração. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 3, p. 349-366, 2005.

 **Possibilidades de Estudos:**

- Como os governos podem administrar melhor os recursos públicos e prevenir a corrupção no setor público?
- Qual é o papel da burocracia na administração política e como ela pode ser melhorada para atender melhor o público?
- Como os governos podem regulamentar efetivamente as indústrias para proteger a saúde e a segurança pública e, ao mesmo tempo, promover o crescimento econômico?
- Qual é o futuro da administração política em um mundo em rápida mudança e como os governos podem se adaptar aos novos desafios e tecnologias?



Burocracia

✦ Principais Abordagens:

- BUROCRACIA E FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: Nesta abordagem discute-se a burocracia como um fenômeno que engendrou mudanças sociais. Retoma-se brevemente as contribuições seminais de Max Weber e como a burocracia se transformou em um novo marco político-administrativo. Aplicando a burocracia à Administração Pública brasileira, os estudos abordam a trajetória das reformas administrativas que tiveram a burocracia como base e o estabelecimento de uma nova relação entre estado, funcionamento da máquina pública e sociedade (PIRES, LOTTA, OLIVEIRA, 2018).
- PROFISSIONALIZAÇÃO DA BUROCRACIA: Nesta abordagem discute-se os avanços e dilemas da burocracia enquanto organização político-administrativa. Os estudos avaliam as dimensões dessa profissionalização, a exemplo da configuração da força de trabalho na máquina pública, principalmente após a redemocratização, as políticas de incentivo salarial, as avaliações de desempenho, a formação e capacitação e a relação entre servidores de carreira e cargos de livre nomeação e exoneração, entre outros a serem explorados (CAVALCANTE; CARVALHO, 2015).
- BUROCRACIA E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Esta abordagem estuda principalmente a atuação dos burocratas de alto e médio escalão e os burocratas em nível de rua e a relação com a implementação de políticas públicas. Nessa perspectiva, também estão os estudos que avaliam as capacidades burocráticas dos entes subnacionais e sua influência sobre o resultado das políticas públicas (LOTTA; OLIVEIRA 2015).

✦ Referências bibliográficas seminais/clássicas

ALEXANDER, D.; LEWIS, J. M.; CONSIDINE, M. How politicians and bureaucrats network: a comparison across governments. **Public Administration**, v. 89, n. 4, p. 1274-1292, 2011.

BARRETT, S. M. Implementation studies: time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies. **Public Administration**, v. 82, n. 2, p. 249-262, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1996.**

EVANS, Peter; RAUCH, James E. Bureaucracy, and growth: a cross-national analysis of the effects of “Weberian” state structures on economic growth. **American Sociological Review**, v. 64, p. 748-65, 1999.



GRAHAM, Lawrence. **Civil service reform in Brazil: principles versus practice**. Austin: University of Texas, 1968.

HILL, H. C. Understanding implementation: street level bureaucrats' resources for reform. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 13, n. 3, p. 265-282, 2003.

LIPSKY, Michael. *Street-Level Bureaucracy* (New York: Russell Sage). **MOVING TOWARD MIXED SERVICE DELIVERY**, v. 31, 1980.

NISKANEN, William A. *Bureaucracy and Representative Governments* (Chicago: Aldine and Atherton). **Niskanen Bureaucracy and Representative Government**, 1971.

PEREIRA, L. C. B.; MOTTA, F. C. P. *Introdução à organização burocrática*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WILSON, J. Q. The bureaucracy problem. *The Public Interest*, n. 6, p. 3-9, 1967. Disponível em: https://www.nationalaffairs.com/public_interest/detail/the-bureaucracy-problem. Acesso em: 27 Mai. 2021.

✎ Referências bibliográficas atuais/contemporâneas

CAVALCANTE, P.; CARVALHO, P. Profissionalização da Burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública**, v.51, n.1, p.1-26, jan-fev, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v51n1/0034-7612-rap-51-01-00001.pdf>. Acesso em: 26 Mai. 2021

CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela. *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: Enap, 2015.

COÊLHO, D. B.; FERNANDES, A. S. A. Rules matter: determinants of bureaucratic control in the Bolsa Família Program. **RAP – Brazilian Journal of Public Administration**, v. 51, n. 5, p. 689-707, 2017.

FERNANDES, C.C.C.; PALOTTI, P.L.M. Profissionalizando a burocracia e construindo capacidades: avanços desiguais na administração pública brasileira? **Revista de Administração Pública**, v. 53,n.4,jul-ago, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/BwTcVGnrXvXZYN9TJWwwK8M/?lang=pt>

LOTTA, G. S. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 143-173, 2018.

MAY, P. J.; WINTER, S. C. Politicians, managers, and street-level bureaucrats: Influences on policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 19, n. 3, p. 453-476, 2007.



PINHO, J.A.G. SACRAMENTO, A.R.S. Brasil: entre a burocracia moderna de Weber e o patrimonialismo resiliente. **Management research - The Journal of the iberoamerican academy of management**, v.13, n.2, p.140-159, 2015. Disponível em: <https://www-emerald.ez10.periodicos.capes.gov.br/insight/content/doi/10.1108/MRJIAM-04-2014-0548/full/html>. Acesso em: 26 Mai. 2021.

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V.E. (Org). Burocracia e Políticas Públicas no Brasil. Brasília: IPEA, ENAP, 2018.

PINTO, J.F.; SANTOS, L.T. Administração Pública Brasileira no século XXI: caminhamos para alguma reforma? **Administração Pública e Gestão Social**, v.9, n.3, jul-set, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5141>. Acesso em: 25 Mai. 2021.

WISE, L. R. Bureaucratic Posture: On the Need for a Composite Theory of Bureaucratic Behavior. **Public Administration Review**, v. 64, n. 6, p. 669-680, 2004.

Possibilidades de Estudos:

- Quais as diferenças entre os modelos de administração empregados no Brasil?
- Em que grau de aderência, a burocracia continua a ser o principal modelo da administração pública brasileira?



História e Memória da Administração Pública

Principais Abordagens:

- A RELAÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICA: Esta abordagem se volta aos estudos clássicos em administração pública que resgatam a dicotomia administração e política, e tem como trabalhos clássicos, os escritos de Woodrow Wilson (1887) e Frank Goodnow (1900).
- HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: Segundo Costa (2018) a “Administração Pública brasileira, enquanto instituição e representação, é uma invenção coletiva forjada ao longo do tempo por reconstruções históricas realizadas a partir de fragmentos da realidade e por interpretações (de acontecimentos e processos) dominantes que selecionam atos, fatos e narrativas a serem repertoriadas” (p.33). Nessa abordagem, os estudos pesquisam a evolução dos modelos adotados no Brasil (patrimonialista, burocrático e gerencialista) e questionam se de fato esses modelos representam algum tipo de evolução na história da administração pública brasileira. Ao se estudar a história da administração pública brasileira, Costa (2018) afirma que o objetivo é “reconstruir o processo sócio histórico e resgatar as representações sobre o mundo social e político, como formas de encontrar elementos para a



compreensão das influências das matrizes políticas, econômicas, sociais, culturais e jurídicas sobre as nossas atuais instituições e práticas administrativas” (p.33).

✈ Referências bibliográficas seminais/clássicas

GOODNOW, F.J. Politics and administration. **The Macmillan Company**.1900. disponível em: <https://ia800901.us.archive.org/32/items/politicsadminist00goodrich/politicsadminist00goodrich.pdf>. Acesso em: 27 Mai. 2021.

WILSON, W. O estudo da administração. **Revista do Serviço Público**,v.53, n.3, p.349-366, jul-set, 2005. Disponível em: https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/05/wilson-w_1887_o-estudo-da-administrac3a7c3a3o.pdf. Acesso em: 27 Mai. 2021.

✈ Referências bibliográficas atuais/contemporâneas:

COSTA, F.L. História, narrativa e representações da administração pública Brasileira. **Revista Serviço Público**, v.69, p.31-52, 2018. Disponível em: https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/781191/mod_resource/content/1/COSTA%20%282018%29.pdf. Acesso em: 27 Mai. 2021.

GUIMARÃES, L.M.P. **Breves apontamentos para a história da administração pública**. In: Lustosa da Costa, Frederico; Zamot, Fuad (Orgs.). Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de administração pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LEE, M. Revitalizing: historiography in public administration. **Public Performance & Management Review**. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15309576.2019.1677256?journalCode=mpmr20>. Acesso em: 27 Mar. 2021.

COSTA, Frederico L. Prefácio a uma história da administração pública brasileira. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXII**, Rio de Janeiro, 2008.

SAGER, Fritz et al. **A transatlantic history of public administration: Analyzing the USA, Germany and France**. Edward Elgar Publishing, 2018.

✈ Possibilidades de Estudos:

- Como os legados institucionais e culturais do colonialismo influenciaram a administração pública nas sociedades pós-coloniais?



- Que lições podemos aprender com exemplos históricos de reformas bem-sucedidas e malsucedidas da administração pública e como essas lições podem ser aplicadas aos desafios atuais?
- Como diferentes ideologias políticas moldaram a evolução da administração pública e quais são as implicações desses legados para a governança contemporânea?
- Qual é o papel da memória na formação das percepções públicas do passado e do presente, e como essas narrativas podem ser equilibradas com evidências empíricas?
- Como as compreensões históricas da relação entre os setores público e privado influenciaram os debates contemporâneos sobre privatizações e parcerias público-privadas?



Governança global e organizações supranacionais

Principais Abordagens:

- **MODELOS DE GOVERNANÇA GLOBAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL:** Segundo Heim e Oliveira (2020) a governança global é um conjunto de instituições, processos e interações em que vários atores globais buscam resolver problemas globais usando normas e costumes com repercussão transnacional. Nesse sentido, os estudos buscam explicar os processos de aplicação dessa governança em diferentes contextos nacionais, como os elementos e características nacionais são articulados em resoluções de conflito e como influenciam os processos de negociação. Além disso, estudos a partir dessa abordagem também tentam explicar a diversidade de representação de atores globais e locais.

Referências bibliográficas seminais/clássicas e contemporâneas

COLLINS, JIM; COLLINS, James Charles. **Empresas feitas para vencer: porque apenas algumas empresas brilham.** Gulf Professional Publishing, 2001.

CRISTALDO, R.C. Neoliberalism and the changes on the management of International Cooperation for Development. (ENANPAD, 2020). Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=106&cod_edicao_subsecao=1726&cod_edicao_trabalho=28961

DAVIES, S.E; WENHAM, C. Why the COVID-19 responses need international relations. *International Affairs*, 96, n.5, set, 2020.

GÜVEN, Ali Burak. Para onde vai o Consenso pós-Washington? Instituições financeiras internacionais e política de desenvolvimento antes e depois da



crise. **Resenha de Economia Política Internacional**, v. 25, n. 3, pág. 392-417, 2018.

HAFNER-BURTON, E.M.; SCHNEIDER, C.J. The Dark Side of Cooperation: International Organizations and Member Corruption. **International Studies Quarterly**, v.63, n.4, p. 1108-1121, dez, 2019. Disponível em: <https://academic-oup-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/isq/article-abstract/63/4/1108/5551548?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 28 Mai. 2021.

HERZOG, L.; INGOLD K. Threats to common-pool resources and the importance of Forums: on the emergence of cooperation in CPR problems setting. **Policy Studies Journal**, v.47, n.1, p. 77-113, Fev, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1111/psj.12308>. Acesso em: 28 Mai. 2021.

KRANKE, M. IMF-World Bank Cooperation before and after the Global Financial Crisis. **Global Policy**, v.11, n.1, p. 15-25, fev, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary-wiley.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/pdfdirect/10.1111/1758-5899.12743>. Acesso em: 28 Mai. 2021.

PASQUARELLI, B.V.L. Política externa como política pública: um estudo comparativo da formulação da política externa no Brasil e no Uruguai. (ENANPAD, 2020). Disponível em: http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=106&cod_edicao_subsecao=1726&cod_edicao_trabalho=28962

REINSBERG, B.; WESTERWINTER, O. The global governance of international development: documenting the rise of multi-stakeholder partnerships and identifying underlying ex theoretical explanations. **Review of international organizations**, v16, n.1, p.59-94, jan, 2021. Disponível em: <https://link-springer-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s11558-019-09362-0>. Acesso em: 28 Mai. 2021.

STONE, D.; OLIVEIRA, O.P.; LES, P. Transnational policy transfer: the circulation of ideias, power and development models. **Policy and Society**, v.39, n.1, p.1-18, Jan, 2020. Disponível em: <https://www-tandfonline.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1080/14494035.2019.1619325?needAccess=true>. Acesso em: 28 Mai. 2021.

TALBERG, J.; ZUERN, M. The legitimacy legitimation of international organizations: introduction and framework. **Policy and Society**, v14, n.4, p. 581-606, Dez, 2019. Disponível em: <https://link-springer-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/content/pdf/10.1007/s11558-018-9330-7.pdf>. Acesso em: 28 Mai. 2021.



✈ **Possibilidades de Estudos:**

- Qual é o futuro da governança global e que papel as organizações supranacionais desempenharão em moldá-la?
- Quais são as implicações da ascensão de atores não estatais, como corporações multinacionais e organizações da sociedade civil, para a autoridade e eficácia das organizações supranacionais?
- Qual é a relação entre organizações supranacionais e governos nacionais e como essa relação pode ser melhorada para aprimorar a governança global?
- Como as organizações supranacionais podem efetivamente abordar questões de desigualdade e promover o desenvolvimento sustentável, particularmente nos países em desenvolvimento?

Revistas e Periódicos da Grande Área

Periódicos

Links de acesso

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/4991>

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

<https://sumarios.org/revista/rac-revista-de-administra%C3%A7%C3%A3o-contempor%C3%A2nea>

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc>

REVISTA O&S

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes>

REVISTA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL

<https://periodicos.ufv.br/apgs/index>

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO

<https://www.revistas.usp.br/rausp>

REVISTA CONTROLE: DOCTRINAS E ARTIGOS - TCE-CE

<https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA>



**PUBLIUS - THE JOURNAL
OF FEDERALISM**

<https://academic.oup.com/publius>

**REGIONAL & FEDERAL
STUDIES**

<https://www.tandfonline.com/toc/frfs20/current>

**PUBLIC ADMINISTRATION
REVIEW**

<https://onlinelibrary.wiley.com/journal/15406210>

**REVISTA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica>

**REVISTA GESTÃO
E POLÍTICAS PÚBLICAS**

<https://www.revistas.usp.br/rgpp>

**PUBLIC POLICY AND
ADMINISTRATION**

<https://journals.sagepub.com/home/ppa>

**REVISTA BRASILEIRA DE
POLÍTICAS
PÚBLICAS E INTERNACIONAIS**

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi>

**JOURNAL OF PUBLIC
ADMINISTRATION
RESEARCH AND THEORY**

<https://academic.oup.com/jpart>

POLICY SCIENCES

<https://www.springer.com/journal/11077>

POLICY STUDIES JOURNAL

<https://onlinelibrary.wiley.com/journal/15410072>

MANAGEMENT JOURNAL

<https://www.sapientiae.com.br/index.php/managementjournal>



GESTÃO PÚBLICA: PRÁTICAS E DESAFIOS

https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestao_publica

REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

https://periodicos.ufba.br/index.php/reba_p

PUBLIC POLICY AND ADMINISTRATION

<https://ojs.mruni.eu/ojs/public-policy-and-administration>

BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

<https://www.scielo.br/j/rap/a/vNmrvND7TvjthPNWN5xpWh/?lang=en>

REVIEW OF INTERNATIONAL ORGANIZATIONS

<https://www.springer.com/journal/11558>

POLICY AND SOCIETY

<https://academic.oup.com/jpart>

Links de Interesse

Sites

NAÇÕES UNIDAS BRASIL

<https://brasil.un.org/pt-br>

BETTER POLICIES FOR BETTER LIVES

<https://www.oecd.org>

THE WORLD BANK

<https://www.worldbank.org/en/home>

INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO

<https://www.ina.pt/index.php/sobre-nos/o-ina>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

<https://www.ipea.gov.br/portal/>

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico>



CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	https://www.gov.br/cgu/pt-br
SECRETARIA DE GOVERNO	https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br
SENADO FEDERAL	https://www12.senado.leg.br/hpsenado
CÂMARA DOS DEPUTADOS	https://www.camara.leg.br/
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA UNIÃO	http://www.portaltransparencia.gov.br/
TESOURO NACIONAL	https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br
DATASUS	http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php
ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO	https://www.enap.gov.br/pt/
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO	https://anpad.org.br/



GLOSSÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

Burocracia

"O mecanismo burocrático plenamente desenvolvido compara-se com outras organizações exatamente como a máquina com os modos de produção não mecânicos. Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discrição, unidade, subordinação estrita, redução de atrito e de material e custos pessoais - estes são elevados ao ponto ótimo na administração estritamente burocrática." (WEBER, 1909).



Descentralização

"(...) é um processo que envolve uma transferência de poder do governo central para as autoridades regionais ou locais, ou para organizações não-governamentais e o setor privado. Tem demonstrado benefícios significativos em termos de promoção da participação local, melhorando a qualidade de tomada de decisão e melhorando a eficiência da prestação de serviços." (OSTROM, 1990).

Eficiência

"(...) é fazer as coisas da melhor maneira possível com o menor desperdício possível de tempo e esforço." (TAYLOR, 1911).

Equidade

"(...) é a distribuição justa de benefícios e encargos entre os membros da sociedade, levando em consideração as diferenças em suas necessidades, talentos e outras características relevantes." (RAWLS, 1971).

Governança:

"(...) é o processo de criação, implementação e aplicação de normas, regras e leis que regulam o comportamento de indivíduos e organizações e que moldam as relações entre eles de forma a promover objetivos e valores comuns." (BEVIR, 2010).

Liderança:

"(...) é a capacidade de traduzir a visão em realidade." (BENNIS, 1985).

Política pública:

"(...) é o estudo da alocação de valores em um sistema político." (LASSWELL, 1936).

Recursos humanos:

"(...) referem-se às pessoas que uma organização emprega, treina e desenvolve para ajudar a atingir seus objetivos." (DESSLER, 1986).

Regulamentação:

"(...) é o uso de instrumentos legais e técnicas organizacionais pelo Estado para afetar o comportamento social ou econômico." (BALDWIN, 1990).

Responsabilidade:

"(...) é a capacidade de prestar contas ou responder pelas próprias ações, de reconhecer o impacto dessas ações sobre os outros e de aceitar as consequências dessas ações." (FRENCH, 1984).

Serviço público:

"(...) é um sistema de administração em que as nomeações para cargos importantes são feitas com base no mérito, apurado por meio de concursos." (WEBER, 1922).

Setor público:

"(...) consiste em instituições e atividades que se preocupam com o fornecimento de bens e serviços públicos, financiados principalmente por meio de impostos e outras



receitas do governo, e que estão sob o controle das autoridades públicas.” (HOOD, 1998).

 **Transparência:**

“(…) é a ideia de que instituições e funcionários públicos devem ser abertos, visíveis e compreensíveis para as pessoas que afetam.” (FUNG, 2007).

 **Valores:**

“(…) são crenças que são duradouras, transcendem situações específicas e orientam a seleção ou avaliação de comportamento, pessoas e eventos (SCHWARTZ, 2006).”